Número 32
Dezembro 2008
Trimestral

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266 › WWW.SEG-SOCIAL.PT

A distância mais curta para a Segurança Social

I Congresso Internacional de Adopção
À procura de uma história comum

Formação Parental
Interrupção do mau trato e da negligência

AGORA
JÁ NÃO PRECISA DE IR À SEGURANÇA SOCIAL PARA SER ATENDIDO

808 266 266

e-mail em: WWW.SEG-SOCIAL.PT

A distância mais curta para a Segurança Social

SEGURANÇA SOCIAL

Editorial

Edmundo Martinho
Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

O Instituto da Segurança Social concretizará em 2009 um projecto de imensa importância, que pretende revolucionar a forma de contacto dos cidadãos e das empresas. Com mais de 1 milhão de atendimentos por mês nos 344 serviços de atendimento permanente que compõem a rede do ISS, nem sempre é possível ou fácil assegurar o melhor atendimento, apesar de ainda assim registarmos bons níveis de satisfação, conforme nos dá conta a avaliação do estudo da satisfação do cliente da Segurança Social, realizado em 2007-2008 e apresentado nesta edição da Pretextos.

A criação de um centro de contacto, ao qual se deu a designação de Via Segurança Social, vai sem dúvida imprimir uma marca positiva neste novo ano, traduzindo-se num serviço com maior comodidade e segurança para quem nos procura.

Na linha do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, as crianças e jovens vão continuar a ser uma prioridade ao nível da intervenção. Neste sentido, a Pretextos traz um conjunto de artigos que reflectem as questões da infância e da parentalidade, evidenciando a articulação que é necessário existir entre o campo do conhecimento e da actuação, com a necessidade da aplicação dos conceitos e saberes teóricos à prática e ao trabalho desenvolvido com as crianças, os jovens e as famílias.

Esta edição leva-nos ainda à viagem feita por um grupo de dez crianças do Sri Lanka, vítimas do Tsunami, que tiveram a oportunidade de concretizar um dos seus sonhos, que era visitar o país daqueles que têm ajudado a ultrapassar os terríveis momentos que viveram. Um retrato muito expressivo da forma como uma atitude solidária pode fazer toda a diferença.

Ficha Técnica

Propriedade
Instituto da Segurança Social, I.P.

Director
Edmundo Martinho

Coordenação
Ana Paula Martins
Maria João Quedas

Supervisão Técnica
Dina Moura
Vasco Barata

Secretariado
Isabel Ferreirinha
Natalina Luís

Conselho Editorial
Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Cecília Cavalheiro, Clemente Galvão, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria José Ferreira, Maria José Martins Maia, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição
Adelaide Banha, Alexandra César, Barbara Lott, Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, Cristina Estorninho, Filipa Alvarenga, Isabel Conde da Silva, Joana Vallera, Maria Clara Guterres, Maria de Fátima Andrade, Maria de Fátima Ramos, Maria Gabriela Dantas, Maria Luísa Rolaço Nogueira, Margarida Lourenço, Marta Fernandes, Nuno Lourenço, Patrícia Baltazar, Raquel Candeias Teixeira Rei, Renata Benavente, Rosa Maria Reis, Sónia Esperto, Teresa Montano.

Redacção e Assinatura
Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa
Tel:. 21 310 20 00 • Fax:. 21 310 20 90
E-mail:.m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação
Dezembro 2008

Periodicidade
Trimestral

Design e paginação
Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão
SOGAPAL

Tiragem
22 000 exemplares

Distribuição
Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em **www.seg-social.pt**

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial 1

Via Segurança Social 3

Formação Parental 4

Novas Famílias 7

Participação Social da Infância 9

I Congresso Internacional de Adopção 11

Comissão para a Promoção de Políticas de Família 13

Projecto Batticaloa em Portugal 14

Avaliação da Satisfação do Cliente da Segurança Social 16

Seminário Regional do SVI em Beja 17

Notícias 18

Ecos 28

Sites: Desenvolvimento Infantil 30

Bibliografia Temática 31

Ana Paula Martins
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.p.martins@seg-social.pt

Novo serviço de atendimento aos cidadãos e empresas

A partir de Dezembro de 2008 deixou de precisar de ir à Segurança Social para ser atendido porque entrou em funcionamento o Centro de Contacto da Segurança Social, designado **VIA Segurança Social**.

VIA Segurança Social é o novo serviço de atendimento que diminui a distância entre o cidadão e a Segurança Social, simplifica a informação dada sobre os serviços e esclarece as suas dúvidas com resposta directa.

O serviço **VIA Segurança Social** funciona todos os dias úteis das 8h00 às 20h00, integra uma linha de telefone nacional com n.º azul (custo de chamada local), uma linha de telefone para quem ligue do estrangeiro, uma caixa de e-mail através do site da Segurança Social, em www.seg-social.pt, e uma linha de fax.

O serviço **VIA Segurança Social** presta informação geral sobre produtos e serviços da Segurança Social e, mediante autenticação prévia, informação sobre o estado de um pedido que tenha efectuado. No site da Segurança Social, em **www.seg-social.pt**, menu VIA Segurança Social, conheça o Catálogo de Serviços.

Com o serviço **VIA Segurança Social** pretende-se melhorar o atendimento ao cidadão e empresas, diminuir os tempos de espera do atendimento presencial, reduzir o custo unitário de atendimento através da integração dos canais de comunicação e linhas de telefone actualmente existentes, uniformizar as respostas na transmissão de uma mensagem única.

O volume de contactos esperados é de 3,8 milhões no primeiro ano e de 5,1 milhões no terceiro ano de funcionamento.

O serviço **VIA Segurança Social** passa a ser o canal privilegiado de relacionamento dos cidadãos e empresas com a Segurança Social. □

SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266 › WWW.SEG-SOCIAL.PT

VIA SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266, dias úteis das 8h00 às 20h00
Estrangeiro: +351 272 345 313
E-mail em www.seg-social.pt
Fax: (+351) 272 240 900

A distância mais curta para a Segurança Social.

Formação Parental
Interrupção do mau trato e da negligência

Renata Benavente
Psicóloga Clínica, Mestre em Psicologia Clínica
Doutoranda em Psicologia Clínica na FPCE-UL
Membro da CPCJ de Almada
renatabenavente@gmail.com

Os processos que estão na origem da transmissão intergeracional do mau trato e da negligência sobre crianças têm sido aprofundados em investigações conduzidas por especialistas de diversas áreas (ex.: psicologia, sociologia, serviço social). Várias teorias têm fundamentado o facto de, em várias gerações da mesma família, se perpetuarem comportamentos maltratantes ou negligentes sobre crianças. Entre essas teorias destaca-se a da identificação ao agressor (Ferenczi, 1990) e a da transmissão dos padrões de comportamento parental (Morton & Browne, 1998). As investigações mais recentes têm demonstrado que as experiências de abuso durante a infância contribuem de modo significativo para aumentar a probabilidade de, na idade adulta, as vítimas se tornarem maltratantes ou negligentes relativamente aos seus próprios filhos (Narang & Contreras, 2000; DiLillo, Tremblay & Peterson, 2000; Paúl & Domenech, 2000; Spieker, Bensley, McMahon, Fung & Ossiander, 1996). Outra constatação interessante é o facto de a frequência destes comportamentos aumentar de modo proporcional à negação das experiências de abuso e à idealização do período da vida em que ocorreram (Machado, 1996). Este facto parece mostrar que a incapacidade do indivíduo reflectir sobre aquele tipo de experiências pessoais, distanciando-se do passado traumático contribui para consolidar alguns mecanismos psicológicos (ex.: negação, clivagem) que estão na base da perpetuação dos maus tratos relativamente à geração seguinte.

Apesar de não se conhecerem aprofundadamente os mecanismos que levam à interrupção destes ciclos sabe-se que a possibilidade de a vítima estabelecer uma relação com um adulto significativo não maltratante durante a infância ou uma relação de apoio na idade adulta (com um parceiro, um amigo ou um terapeuta) parece estar associada à redução de comportamentos maltratantes no contexto da relação com os seus próprios filhos (Egeland, Jacobvitz & Sroufe, 1988; Paúl, Milner e Múgica, 1995).

Quer a investigação, quer a intervenção com famílias maltratantes tem vindo a destacar a importância de programas específicos desenhados para populações de alto-risco na redução daqueles comportamentos. Os efeitos deste tipo de trabalho têm sido observados tanto a curto, como a longo prazo (ou seja, nas gerações seguintes). Entre as metodologias de

intervenção com famílias, cujos resultados têm sido mais promissores, destacam-se: 1) o programa de visitas domiciliárias - *Nurse-Family Partnership Program* (Olds, Henderson, Kitzman & Cole, 1995; Olds, Henderson, Kitzman, Eckenrode, Cole & Taterlbaum, 1998a; Olds, Henderson, Eckenrode, Pettitt, Kitzman, Cole, Robinson & Powers, 1998b; Olds, Robinson, O'Brien, Luckey, Pettit, Henderson, Ng, Scheff, Korfmacher, Hiatt, & Talmi, 2002), 2) o programa baseado na teoria da vinculação – *Circle of Security* (Hoffman, Marvin, Cooper & Powell, 2006; Marvin, Cooper, Hoffman & Powell, 2002) e, 3) o programa baseado nos princípios da aprendizagem social e apoio à parentalidade positiva – *Triple P* (Matsumoto, Sofronoff & Sanders, 2007; Sanders, Cann & Markie-Dadds, 2003a; Sanders, Cann & Markie-Dadds, 2003b; Sanders & Turner, 2005; Turner, Richards & Sanders, 2007).

Em Portugal, o investimento no domínio da formação parental tem vindo a aumentar progressivamente. A criação e a implementação deste tipo de programas têm sido sobretudo da responsabilidade das instituições do Estado, designadamente no âmbito da Intervenção Precoce. Nos últimos anos, diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras organizações sem fins lucrativos têm promovido, em número significativo, acções deste tipo. Outra das mudanças que se tem observado ao nível do paradigma que orienta a intervenção, é a inclusão das famílias como verdadeiros parceiros desde a fase de planeamento à avaliação dos programas. Paralelamente a estas transformações, também se têm registado desenvolvimentos consideráveis no âmbito da investigação acerca da eficácia das diferentes acções de formação parental (Coutinho, 2004) com preocupações significativas na sistematização de aspectos metodológicos, procedimentos e formatos de avaliação.

Nos programas que iremos descrever em seguida, o recrutamento da generalidade das famílias decorre da parceria institucional estabelecida com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Nestas circunstâncias a participação nas sessões de formação parental está prevista no Acordo de Promoção e Protecção (de acordo com o previsto na Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro) delineado entre os vários intervenientes (técnico gestor de caso, família, técnicos das instituições parceiras). Ambos são dinamizados por entidades particulares sem fins lucrativos e encontram-se em diferentes fases de implementação. No primeiro caso a equipa técnica tem desenvolvido reajustamentos das acções, conteúdos e metodologias e já iniciou o processo de avaliação (Costa, Cabrita, Ferreira, Encarnação, Navalho, Narciso, Mendes, Agapito & Nogueira, 2008). No segundo programa que iremos apresentar, após a conclusão da fase de avaliação inicial das díades que irão participar no projecto, iniciou-se recentemente a intervenção com base em metodologias de vídeo feedback. As acções de formação parental sobre temas relacionados com o desenvolvimento da criança foram também já iniciadas.

O primeiro programa de formação parental para famílias de alto-risco que iremos descrever de forma sucinta é da responsabilidade da Associação Nós, que criou o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) em 2006. O principal objectivo da intervenção é trabalhar com famílias que tenham crianças e jovens em situação de risco ou perigo (nomeadamente, situações de negligência, mau trato e abandono escolar), numa perspectiva colaborativa e educativa (Costa, et al., 2008). O modelo de trabalho baseia-se na proposta desenvolvida no Reino Unido pelo Departamento de Saúde (2000) em que a criança é o centro de todas as acções a implementar. A intervenção é efectuada por uma equipa multidisciplinar (ex.: psicólogos, assistentes sociais, animadores sócio-culturais) após uma avaliação da criança, da família e de outros factores ambientais que possam constituir factores protectores ou de risco. Iniciam-se, então, aproximadamente 30 sessões com as famílias seleccionadas durante as quais são abordados temas como: 1) as necessidades básicas da criança, 2) o desenvolvimento da criança e a disciplina, 3) a protecção e segurança da criança, 4) a violência doméstica e sobre crianças, 5) a relação escola-família, 6) gestão doméstica, 7) os recursos da comunidade, 8) o emprego e 9) o ciclo da vida familiar, rituais e rotinas. Nestas sessões são também propostos momentos de reflexão sobre a narrativa pessoal e familiar (Costa et al., 2008). A avaliação do programa (feita a partir de entrevistas com os participantes), cujos resultados preliminares foram apresentados em 2008, revela um impacto positivo significativo designadamente nas percepções do papel parental e nas expectativas face ao programa (ex.: alargamento da rede social de apoio, aprender a responder de modo mais adequado às necessidades da criança).

O segundo projecto de formação parental (desenvolvido especificamente para populações de alto-risco) que iremos apresentar, iniciou a fase de implementação em Março de 2008. Trata-se de um programa de formação parental denominado Escola de Pais que surgiu no âmbito de uma parceria dinamizada pela Associação Margens com várias instituições locais (ex.: CPCJ, Universidade de Lisboa, Junta de Freguesia, escolas, centros de saúde) e o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Um dos objectivos deste projecto é testar uma metodologia inovadora de trabalho com famílias de alto-risco, combinando a intervenção domiciliária com sessões em sala. Estas sessões de formação parental baseiam-se na análise e reflexão de registos em vídeo (vídeo feedback) das interacções entre mãe-criança e têm por base, do ponto

de vista conceptual, a Teoria da Vinculação. Estão também a ser dinamizadas sessões temáticas para discussão de temas relacionados com o desenvolvimento da criança, as práticas educativas e a gestão doméstica (Milheiriço, Benavente, Alves, Manuel, Luz, Vanessa & Pacheco, 2008). Uma das vertentes mais importantes deste projecto é a avaliação externa da intervenção designadamente no que concerne à mudança observada no contexto das relações diádicas. Espera-se, deste modo, validar as técnicas implementadas e fundamentar a necessidade de alargar o modelo de intervenção a outras populações e contextos.

Referências Bibliográficas

Costa, A. Cabrita, A. Ferreira, L., Encarnação, P. Navalho, P. Narciso, I, Mendes, G. Agapito, N: & Nogueira, J. (2008). Parent Education Programs: (Co)Construction with parents. Poster apresentado na II International Conference on Community Psychology, Lisboa, Portugal.

Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 1, 55-64.

De Paúl, J. & Domenech, L. (2000). Childhood history of abuse and child abuse potential in adolescent mothers: A longitudinal study. *Child Abuse & Neglect*, 24, 701-713.

De Paúl, J., Milner, J., & Múgica, P. (1995). Childhood maltreatment, childhood social support, and child abuse potential in a Basque sample. *Child Abuse & Neglect*, 19, 907-920.

Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the assessment of children in need and their families*. London: the Stationery Office.

DiLillo, D., Tremblay, G. & Peterson, L. (2000). Linking childhood sexual abuse and abusive parenting: The mediating role of maternal anger. *Child Abuse & Neglect*, 24, 67-779.

Egeland, B., Jacobvitz, D. & Sroufe, L. (1988). Breaking the cycle of abuse. *Child Development*, 59, 1080-1088.

Ferenczi, S. (1990). *Diário Clínico*. São Paulo: Martins Fontes.

Hoffman, K., Marvin, R., Cooper, G. & Powell, B. (2006). Changing toddlers' and preschoolers' attachment classifications: The circle of security intervention. *International Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74, 1017-1026.

Lei nº. 147/99 de 1 de Setembro, Diário da República n.º 204, Série I-A.

Machado, C. (1996). Maus tratos de menores, vitimização e poder: Proposta de um modelo integrado de análise. *Psicologia: teoria investigação e prática*, 1, 133-148.

Marvin, R., Cooper, G., Hoffman, K. & Powell, B. (2002). The circle of security project: Attachment-based intervention with caregiver-pre-school child dyads. *Attachment & Human Development*, 4, 107-124.

Matsumoto, Y., Sofronoff, K. & Sanders, M. (2007). The efficacy and acceptability of the Triple P – Positive parenting program with Japanes parents. *Behaviour Change*, 24, 205-218.

Milheiriço, A., Benavente, R., Alves, A., Manuel, T., Luz, V. & Pacheco, A, (2008). *Parents' School: The development of a community-based parent training programme for high-risk families*. Poster apresentado na II International Conference on Community Psychology, Lisboa, Portugal.

Morton, N. & Browne, K. (1998). Theory and observation of attachment and its relation to child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 22, 1093-1104.

Narang, D. & Contreras, J. (2000). Dissociation as a mediator between child abuse history and adult abuse potentential. *Child Abuse & Neglect*, 24, 653-665.

Olds, D., Henderson, C., Kitzman, H. & Cole, R. (1995). Effects of prenatal and infancy nurse home visitation on surveillance of child maltreatment. *Pediatrics*, 95, 365-372.

Olds, D., Henderson, C., Kitzman, H., Eckenrode, J., Cole, R. & Taterlbaum, R. (1998a). The promise of home visitation: Results of two randomized trials. *Journal of Community Psychology*, 26, 5-21.

Olds, D., Henderson, C., Eckenrode, J., Pettitt, L., Kitzman, H., Cole, B., Robinson, J. & Powers, J. (1998b). Reducing risks for antisocial behavior with a program of prenatal and early childhood home visitation. *Journal of Community Psychology*, 26, 65-83.

Olds, D., Robinson, J., O'Brien, R., Luckey, D., Pettit, L., Henderson, C., Ng, R., Scheff, K., Korfmacher, J., Hiatt, S. & Talmi, A. (2002). Home visiting by paraprofessional and by nurses: A randomized, controlled trial. *Pediatrics*, 110, 486-495.

Sanders, M., Cann, W. & Markie-Dadds, C. (2003a). Why a universal population-levek approach to the prevention of child abuse is essential. *Child Abuse Review*, 12, 145-154.

Sanders, M. & Turner, K. (2005). Reflections on the challenges of effective dissemination of behavioural family intervention: Our experience with the Triple P – Positive Parenting Program. *Child and Adolescent Mental Health*, 10, 158-169.

Spieker, S., Bensley, L., McMahon, R., Fung, H. & Ossiander, E. (1996).Sexual abuse as a factor in child maltreatment by adolescent mothers of preschool aged children. *Development and Psychopathology*, 8, 497-509.

Turner, K., Richards, M. & Sanders, M. (2007). Randomised clinical trial of a group parent education programme for Australian Indigenous families. *Journal of Pediatrics and Child Health*, 43, 429-437. □

Maria de Fátima Ramos
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.fatima.ramos@seg-social.pt

Novas Famílias
Um desafio ao Exercício da Parentalidade

Nos nossos dias a procura de felicidade parece nortear vários modelos de família. O laço biológico está progressivamente a diluir a sua importância em favor do laço afectivo. Assiste-se ao emergir de novos modelos e novos valores familiares. Contudo, ao invés do que vulgarmente é difundido, a família não está em crise, o que está em crise é o modelo tradicional de família que diverge do que comummente se vive na célula familiar dos nossos dias, em que, cada vez mais, uma unidade familiar tem as suas características e dinâmicas próprias que a destacam de qualquer outra.

Foquemo-nos nas famílias após a separação conjugal/ divórcio. Nestas, o sistema familiar é alterado e não dissolvido, assistindo-se a mudanças nas estruturas (composição do agregado, papeis e regras familiares) e nos padrões relacionais, mantendo-se, assim, as relações familiares, sobretudo se existirem crianças envolvidas (Afonso, 1997).

A este propósito parece-nos interessante abordar o conceito de Família Binuclear, desenvolvido por Constance Ahrons (1995), que consiste na reorganização da família em dois agregados, mas que mantêm uma unidade entre si. O conceito introduzido pela autora veio pôr em causa o conceito comummente utilizado de forma incorrecta de "família monoparental". Este último só poderá ser aplicado quando um dos progenitores não tem nenhum contacto com a família e não desempenha qualquer função parental.

O conceito de "família monoparental" é, por vezes, erradamente utilizado reportando-se a "agregado monoparental" (quando a criança reside apenas com um dos progenitores). A confusão que frequentemente se estabelece, entre estes dois conceitos, não toma em consideração a diversidade das situações familiares e dos padrões de interacção entre os pais (coparentalidade), e destes com os seus filhos (Afonso, 1997) e, no fundo, desvaloriza o papel do progenitor não residente.

A rede de relações das crianças, após o divórcio dos pais, pode tornar-se mais alargada, quando um ou ambos os progenitores

iniciam uma nova relação conjugal. A esta nova unidade familiar, que incluirá os diversos sistemas e a rede das respectivas relações, Chantal Cutsem (2004) chama-lhe família recomposta. Estas novas formas de família (também frequentemente designadas por famílias reconstruídas) têm aumentado nos últimos anos e assumem algumas especificidades (Cutsem, 2004 e Gameiro, 1998). A introdução de novas dinâmicas familiares desafiam o exercício da parentalidade nas famílias recompostas, uma vez que é, muitas vezes, necessário cuidar de "os meus, os teus e os nossos".

No quotidiano das famílias recompostas impõem-se diversas "lutas", sendo o equilíbrio e o bem-estar de todos os seus membros a primeira delas. A diversidade familiar, após a separação, e as reorganizações em novos núcleos familiares, não terá que resultar em relações de conflito e competição. Pelo contrário, as famílias recompostas podem tornar-se fonte de um grande enriquecimento afectivo.

Todavia, estas famílias, formadas a partir da história de outras famílias nucleares, já trazem consigo também a história das respectivas famílias de origem, vivenciando, muitas vezes fases diferentes do ciclo vital. As famílias recompostas retomam as primeiras fases do ciclo vital, podendo as mesmas ser vividas em paralelo com fases mais avançadas deste. Esta realidade poderá ser ainda passível de maior complexidade quando a nova família se funda com pessoas de culturas diferentes (cada vez mais comum em Portugal, decorrente do enorme fluxo de imigração). Por outro lado, a "nova família" que se agrega emerge por iniciativa de dois adultos para vivência da conjugalidade, arrastando todos os outros subsistemas, com maiores repercussões no subsistema filial.

Aos técnicos que trabalham com estas realidades familiares chegam, na maioria das vezes, os casos "menos felizes" destas novas formas de família, que não podem, no entanto, ser generalizados. Em situações não problemáticas chega a ser difícil num primeiro momento percepcionarmos que nos encontramos face a uma família recomposta (se não recorrermos por exemplo ao uso de um genograma, aquando da avaliação diagnóstica).

Todas as famílias necessitam de momentos de (re)adaptação que se vão repetindo ao longo do seu ciclo. Necessitam do "seu tempo" para amadurecer e consolidar as relações afectivas. Ultrapassadas as dificuldades, as famílias recompostas poderão ser espaços privilegiados para aprendizagem da vida de relação, de resolução de conflitos e de enriquecimento pessoal (Laginha, 2000).

Referências Bibliográficas

AFONSO, H. (1997). Relação Coparental depois da Separação Conjugal. Actas do Colóquio "Família - Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação", Educa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa: 63-76.

AHRONS, C. (1995). The Good Divorce – Keeping your Family Together When your Marriage Comes Apart. New York: Harper Collins Publishers.

CUTSEM, C. (2004). A Família Recomposta, entre o Desafio e a Incerteza. Lisboa: Instituto Piaget.

GAMEIRO, J. (1998). Os Meus, os Teus e os Nossos. Lisboa: Terramar.

LAGINHA, T. (2000). Famílias reconstruídas. Consultado em 10 de Novembro, através de http://pwp.netcabo.pt/jarsimoes/MGFV001MASTER/textos/31/107_texto.html.

LOBO,C. (2005). Famílias Recompostas: Revisitar a Produção Americana (1930-2000). Sociologia, Problemas e Práticas, nº 48: 91-114.

RAMOS, M.; OLIVEIRA, R.; TAVEIRA, I. (2007). A Mediação Familiar na Separação Conjugal e Conflitos Parentais: Caracterização e Avaliação da Satisfação dos Clientes que Recorrem ao Gabinete de Mediação Familiar. Dissertação de Mestrado, Não publicado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada. □

Participação Social da Infância

Raquel Candeias Teixeira Rei
Membro do Comité Organizador do
III Congresso Mundial dos Direitos da Infância e da Adolescência
raquel.rei@gmail.com

"Parecia-me que se as crianças pudessem revelar livremente a sua visão da sociedade, da escola, da autoridade, do trabalho e do futuro, os problemas mais fundamentais e urgentes da sua sociedade poderiam apresentar-se da maneira mais pura possível…" [1]

Actualmente concebe-se a criança como um sujeito de direito e membro activo da sociedade. Apesar deste reconhecimento devemos continuar com o trabalho de modo a tornar visível a infância e defender a sua qualidade de vida como critério fundamental. Para tornar visível a infância e a família numa perspectiva global e integradora da infância como grupo social, é necessário conhecer quais são as suas condições de vida e quais são os seus problemas emergentes.

A Convenção dos Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia-geral das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1989, enuncia os principais direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais das crianças, representando assim um vínculo jurídico para os Estados que aderem, o que implica que as normas sejam adequadas àquele instrumento. Esta Convenção tem quatro pilares: a não discriminação, a salvaguarda do interesse superior da criança, o acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades e o respeito pela opinião da criança. O direito da infância à participação, entendendo este como o direito a ser ouvido e a que as suas opiniões sejam tidas em conta – em função da sua idade e da sua maturidade com o maior ou menor peso – é um dos direitos mais inovadores incluídos na Convenção dos Direitos da Criança.

Partindo destas premissas de participação social e das conclusões recolhidas nas Declarações que formularam as próprias crianças e adolescentes que participaram nos dois Congressos Mundiais anteriores, celebrados nos anos 2003 e 2005 na Ilha Margarida, Venezuela, e em Lima, Peru, respectivamente, organizou-se em Barcelona, de 14 a 19 de Novembro de 2007 o III Congresso Mundial sobre os direitos das Crianças e Adolescentes.

Desde a organização do III Congresso Mundial entendia-se a participação infantil como um aspecto transversal a ter em conta em todas as acções e programas dirigidos às crianças. Esta deve ser uma participação efectiva, entendendo-a como um processo contínuo no qual as crianças além de opinar, se devem implicar de maneira activa na tomada de decisões.

Deste modo propusemo-nos, contando com a participação real e directa de crianças e adolescentes, analisar e dar resposta às principais inquietações e questões que se apresentam actualmente à volta dos seus direitos.

O encontro de Barcelona esteve dividido em dois grandes Fóruns celebrados paralela e simultaneamente: um Fórum de

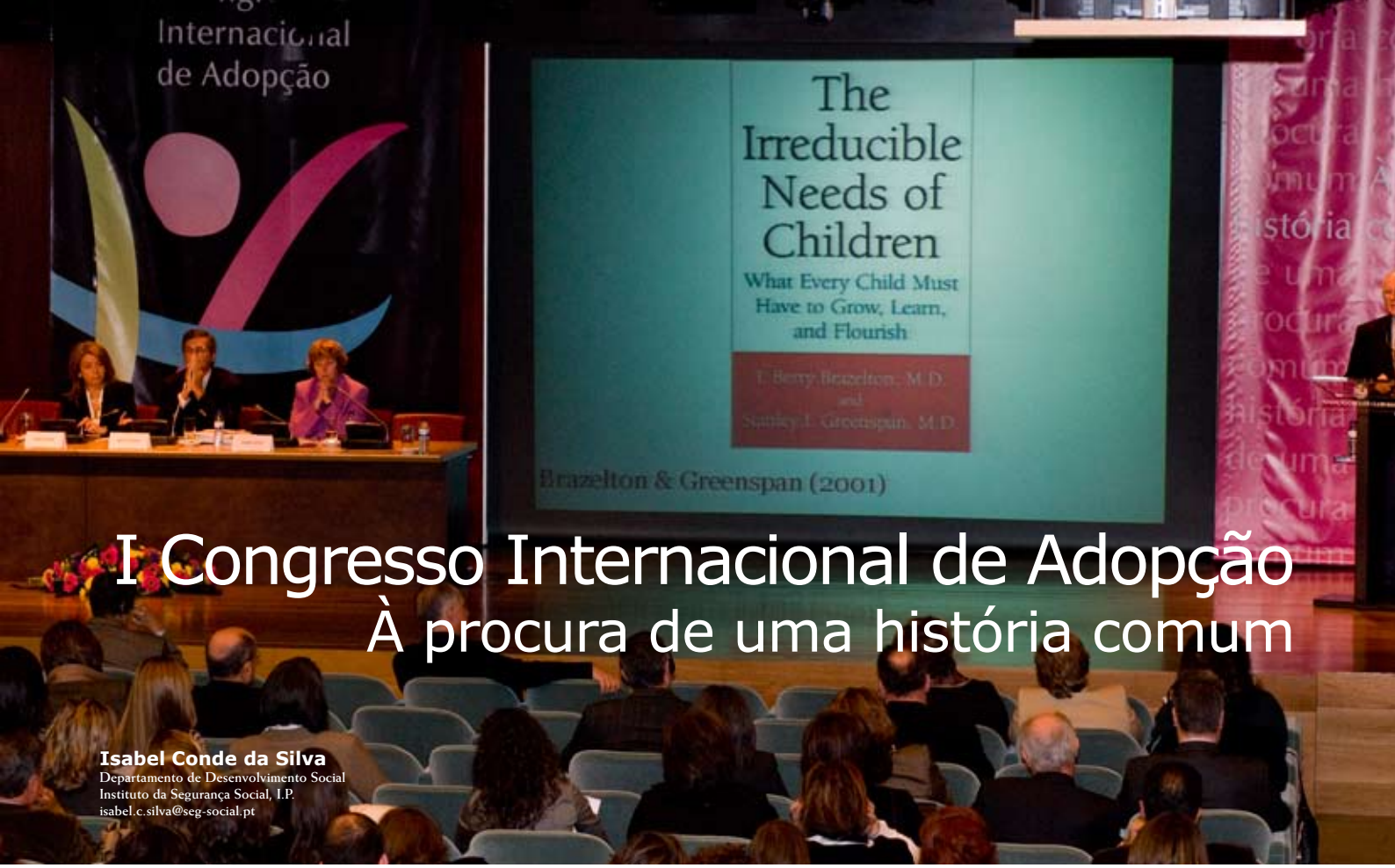
1 Manfred Max Reef "La economia descalza". Ed. Nordan, 1986.

adultos (cerca de 1000 participantes) e um Fórum da Infância (cerca de 300 participantes de todo o mundo), no qual as crianças e adolescentes puderam expressar as suas ideias com inteira liberdade e participar em debates, actividades de comunicação e celebrações. Os participantes no Fórum da infância trabalharam, reflectiram e debateram em grupos dinamizados por educadores, sobre as diferentes temáticas que as crianças e adolescentes intervenientes nos dois Congressos Mundiais anteriores identificaram como prioritárias para garantir o seu bem-estar: pobreza, saúde, educação, trabalho, violência e exploração em todas as suas manifestações. Durante estas sessões de trabalho, os integrantes das delegações infantis ofereceram um retrato de qual é a situação em que vive a infância do seu país.

O III Congresso teve como objectivos principais a criação de um espaço académico e científico que facilitasse o cumprimento e respeito do direito das crianças a serem ouvidas e a participar na construção da sua cidadania plena; a implicação directa dos seus protagonistas nas sessões temáticas do Congresso Mundial e na redacção da Declaração de Barcelona; e a sensibilização de toda a sociedade na efectiva e real incorporação das crianças e adolescentes no âmbito do seu interesse. Apoiados na ideia de que a participação social infantil deve ser um espaço participativo em que é necessário assumir todas as suas implicações e estar disposto a acolher sugestões e observações que façam as crianças, as delegações infantis elaboraram também um documento que é agora conhecido como o Manifesto Final onde expõem sugestões para um futuro congresso e formas de que determinados erros não se repitam e determinados espaços de participação se abram.

O documento conhecido como Declaração de Barcelona termina com a seguinte frase que nos devería ajudar á reflexão quanto à participação social da infância:

"As crianças e adolescentes temos voz e voto como protagonistas do mundo presente e futuro, recordando e melhorando os erros do passado. Somos sujeitos de direito escrevendo a nossa própria história". □



I Congresso Internacional de Adopção
À procura de uma história comum

Isabel Conde da Silva
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
isabel.c.silva@seg-social.pt

O I Congresso Internacional de Adopção teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 19 e 20 de Novembro de 2008, e resultou de uma organização conjunta do Instituto da Segurança Social (ISS), da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

A sessão de abertura contou as intervenções de Suas Excelências o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, António Vieira da Silva; o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, José Conde Rodrigues; o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Rui Cunha e Isabel Mota, da Fundação Calouste Gulbenkian.

Este Congresso teve como principal objectivo uma reflexão crítica e construtiva sobre a realidade da adopção em Portugal, apontando-se, por um lado, as suas limitações e constrangimentos e, por outro, encontrar respostas alternativas e criativas que levam a uma mais célere saída das crianças das instituições de acolhimento e, quando for caso disso, ao início de um processo de adopção.

O interesse e motivação dos participantes foram notórios, tal como a dinâmica de construtivos (des)encontros revelada pelos distintos oradores, moderadores e comentadores. As conferências ficaram a cargo de oradores estrangeiros, nomeadamente, Harold Grotevant, Femmie Juffer, Jesús Palacios e Jennifer Degeling.

Adopção Nacional: as nossas práticas, foi uma mesa redonda que pontuou pela objectividade e necessária articulação, transmitidas por representantes dos serviços com competência em matéria de adopção: CRSS da Região Autónoma da Madeira, ISS, SCML e IAS da Região Autónoma dos Açores. Todo o processo de adopção foi abordado, desde o conhecimento da criança, passando por conhecer os candidatos, pelo encontro e passo a passo na (re)construção de uma história comum…

Adopção Internacional, constituiu uma outra mesa redonda partilhada pelo ISS e a Associação Bem me Queres.

Após estes dois dias de reflexão conjunta e algum debate, muitas foram as questões levantadas e as soluções enumeradas, claramente espelhadas por Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco; Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do ISS; e Paulo Guerra, Juiz de Direito do Tribunal de Família e Menores de Coimbra, na sessão de encerramento.

Um aspecto comum apresentado ao longo do Congresso esteve relacionado com o facto de Portugal ter realizado um percurso nesta área, no entanto, com a consciência de que há um longo caminho por percorrer, principalmente

no que diz respeito à qualificação. O referido processo de qualificação, ou requalificação, estará relacionado com os vários intervenientes no processo de adopção, candidatos, adoptantes, pais e técnicos.

A Adopção Internacional, surgiu como uma matéria que, neste momento, parece constituir-se como um próximo desafio.

Neste contexto, tem vindo a ser pensado um Plano de Formação para a Adopção. Este projecto conta com a participação e reflexão conjunta, com uma metodologia própria e inovadora, que dará os seus primeiros passos no início do ano de 2009.

Nestas circunstâncias, pretendemos que os vários intervenientes no processo de adopção sintam o seu espaço (parental ou profissional) devidamente delineado, tendo sempre em vista o superior interesse da criança.

Com um desejo de parentalidade mais consciente e devidamente amadurecido, teremos seguramente uns pais melhor capacitados na sua função parental e, por isso, mais felizes. Poderemos, então, encontrar um maior número de crianças com padrões de vinculação mais ajustados e, por isso, mais seguras, mais tranquilas e mais confiantes.

Deste modo, talvez se encontre, efectivamente, uma história comum… □

Barbara Loff e **Patrícia Baltazar**
Grupo Técnico de Apoio à Comissão
Departamento para o Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.barbara.loff@seg-social.pt
patricia.h.baltazar@seg-social.pt

Comissão para a Promoção de Políticas de Família

A Comissão para a Promoção de Políticas de Família (criada pelo Decreto-Lei nº. 155/2006, de 7 de Agosto), órgão de natureza técnica e operativa, é presidida pelo Membro do Governo com competência para os assuntos da família – Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz – desde o último semestre de 2008.

A Comissão é constituída pelos seguintes organismos:

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)
Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
Ministério de Estado e das Finanças (MEF)
Ministério da Presidência (MP)
Ministério da Justiça (MJ)
Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR)
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC)
Ministério da Saúde (MS)
Ministério da Educação (ME)
Ministério da Cultura (MC)

Principais objectivos desta Comissão:

1. Promover a melhoria da qualidade de vida das famílias, em particular daqueles que enfrentam maior risco de vulnerabilidade e exclusão social;

2. Criar e implementar um sistema de informação sobre as garantias, os direitos e os deveres das famílias;

3. Assegurar a intervenção dos vários Ministérios e dos vários representantes de Entidades não Governamentais no processo de avaliação, concepção e aplicação das medidas políticas com impacto nas famílias;

4. Avaliar as medidas em vigor, assim como as necessidades existentes e nesta medida.

Tendo em conta o último objectivo identificado, já este ano, a Comissão compilou algumas iniciativas de políticas de família em vigor nos diferentes Ministérios representados, identificando-as e sinalizando a respectiva execução e o impacto das mesmas.

Foram constituídos dois sub-grupos de trabalho de apoio à reflexão destinados a apreciar questões específicas, como seja a "Conciliação da vida familiar e profissional e pessoal" e "Novas expressões e contextos das famílias".

O primeiro grupo é coordenado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o segundo pelo Instituto da Segurança Social.

A Comissão neste último mês do ano encontra-se elaborar o seu Plano de Actividades para 2009, expondo as suas estratégias de avaliação e actuação para o próximo ano. □

Adelaide Banha
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.adelaide.banha@seg-social.pt

Projecto Batticaloa em Portugal

O Centro de Formação e Investigação em Psicologia (CeFIPsi), propôs-se trazer a Portugal, um grupo de dez crianças das muitas que apoiam no Sri Lanka, vítimas do Tsunami que em 26 de Dezembro de 2004 atingiu vários países do Sul da Ásia. Nascendo assim o Projecto "Batticaloa em Portugal", que contou com o apoio financeiro do Instituto da Segurança Social (ISS) entre outras entidades.

Esta vinda a Portugal surge na sequência do trabalho de apoio psicológico e social, desenvolvido desde há quatro anos no Sri Lanka por um grupo de Psicólogas do CeFIPsi, entre as quais Susana Monteiro, responsável pelo Projecto, ajudando os sobreviventes a conviver com o luto, a ultrapassar o medo, a vencer as emoções negativas associadas à perda e a ganhar uma nova vontade de viver.

Segundo a psicóloga Susana Monteiro, em Fevereiro passado, numa das dinâmicas desse processo terapêutico, que consistia em escreverem um desejo numa estrela, algumas das crianças escreveram «Que a Susana nos leve a Portugal». Queriam conhecer este país, de que o Sri Lanka – antigo Ceilão – foi colónia durante 153 anos, e, em concreto, as terras das voluntárias. Nasceu, assim, o Projecto: Batticaloa em Portugal, que trouxe de Batticaloa ao nosso país as dez melhores alunas das turmas do 9º ao 13º ano, e quatro professoras Tamil, funcionando também como um reforço pelo desempenho escolar das alunas: quem tivesse as melhores notas, poderia participar no programa.

O grupo esteve em Portugal de 17 a 31 de Outubro, desenvolvendo actividades lúdicas e terapêuticas. Em Lisboa, estiveram junto ao Rio Tejo e na praia da Costa da Caparica. No último dia, banharam-se no mar. Em Coimbra, passearam junto ao Rio Mondego. Em S. João da Pesqueira percorreram o Rio Douro de barco e, em Aveiro, andaram num moliceiro na Ria de Aveiro. De acordo com Susana Monteiro, o "objectivo destas acções em concreto era a aproximação à água".

Do programa constaram vários passeios, nomeadamente a Fátima e às Grutas de Mira D'Aire, visitas ao Portugal dos Pequenitos e Convento de Santa Clara em Coimbra, ao Museu do Sal em Aveiro, ao Oceanário, aos monumentos da zona de Belém e ao Castelo de S. Jorge em Lisboa, à Vila de Sintra, e ao Cristo Rei. O grupo foi ainda recebido pelo Cônsul do Sri Lanka em Portugal pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade que, em nome do Governo português, ofereceu um computador Magalhães a cada um dos elementos do grupo.

Durante a estadia do grupo em Portugal, vários órgãos de comunicação social da rádio, imprensa escrita e televisão,

demonstraram interesse pelas jovens Tamil, transmitindo várias reportagens sobre o projecto. De referir que os técnicos do CeFIPsi tentaram sempre proteger as jovens de questões que as pudessem expor em termos de perdas vividas, cumprindo o compromisso assumido de que os Portugueses não saberiam quem é órfã, quem está em instituição ou a viver com familiares, quem perdeu a casa e tem vivido em campo de refugiados.

Diz Susana Monteiro: "Acreditamos que esse objectivo foi alcançado e sabemos que as alunas continuam a sorrir, agora, em Batticaloa, segundo informações que recebemos de lá". Ainda bem que contribuímos para esses "Sorrisos", dizemos nós!

O CeFIPsi continua a receber donativos para apoiar as cerca de 500 crianças de Batticaloa. Quem estiver interessado em colaborar neste projecto, poderá utilizar os contactos: info@cefipsi.com; Telf. 21 793 23 22 / 91 271 87 15 / 96 381 61 21. □

Assinatura da **Revista Pretextos**

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos
Rua Rosa Araújo, nº 43
1250-194 Lisboa
Fax:. 21 310 20 95
E-mail:.m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la, gratuitamente, na morada que nos indicar, já a partir do próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em **www.seg-social.pt**

Marta Fernandes
Unidade de Gestão do Atendimento
Departamento de Prestações e Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
marta.m.fernandes@seg-social.pt

Filipa Alvarenga
Núcleo de Estudos e Conhecimento
Gabinete de Planeamento
Instituto da Segurança Social, I.P.
filipa.c.alvarenga@seg-social.pt

Avaliação da Satisfação do Cliente da Segurança Social

O estudo da Satisfação do Cliente da Segurança Social, realizado em 2007-2008 pela segunda vez no Instituto da Segurança Social (ISS), teve como objectivo avaliar a evolução do nível da satisfação do cliente por comparação com os resultados obtidos no inquérito de 2004. A avaliação efectuada em 2007-2008 focalizou-se, essencialmente, na satisfação do cliente face ao atendimento presencial.

A operacionalização do estudo contou com a estreita colaboração de vários serviços e equipas de trabalho do ISS, desde a fase de concepção do instrumento utilizado, ao processo de recolha de informação e produção dos relatórios com resultados apurados (1 relatório nacional, 18 relatórios distritais e 1 relatório do Centro Nacional de Pensões).

Para tornar o processo de inquirição mais simplista e apelativo ao cliente, utilizou-se o inquérito por questionário, composto por duas páginas apenas. A amostra aleatória constituída por 8.933 clientes da Segurança Social, distribuídos pelos 18 Centros Distritais (CDist) e pelo CNP, é representativa de cada uma destas entidades e contém um nível de confiança de 95% e um erro máximo admissível de 4%. A metodologia de aplicação do inquérito resultou na aplicação faseada dos questionários nos diferentes territórios, que decorreu nos meses de Maio/Junho e Outubro/Novembro de 2007 e Março a Junho de 2008, por colaboradores identificados pelos CDist e CNP não pertencentes à área do atendimento. Os colaboradores desempenharam o papel de "facilitador" que incidiu na apresentação do estudo e sensibilização ao cliente para a importância da resposta ao questionário e no preenchimento dos assuntos indicados pelo cliente, tendo o questionário sido devolvido ao cliente para auto-preenchimento das restantes questões.

Resultados nacionais

Mais de metade dos clientes são do sexo feminino, mantendo-se a tendência de 2004. Predomina o grupo etário entre os 25 e 44 anos (46%), seguindo-se o intervalo entre os 45 e 64 anos (35%). Relativamente à situação perante o trabalho, 39,4% são trabalhadores por conta de outrem e 22,6% são desempregados, registando-se, face a 2004, um aumento do peso dos desempregados.

O acesso ao site da Segurança Social é confirmado por 24,5%, sendo este valor bastante superior ao observado em 2004 (9,7%). No que respeita ao acesso ao serviço Segurança Social Directa, a percentagem é de 14,2%.

A maioria dos inquiridos dirige-se aos Serviços de Atendimento para tratar apenas de um assunto específico (93,3%). Entre os principais assuntos que os clientes foram resolver, salientam-se as questões relativas a Pessoa Singular (20,4%), a Pensões (14,2%), ao Desemprego (13,7%), a Pessoa Colectiva (12,4%) e a Prestações Familiares (11,8%). A reincidência de deslocações aos Serviços de Atendimento para tratar do mesmo assunto abrange 28,2% dos clientes, com destaque para o Rendimento Social de Inserção, o Desemprego (subsídios de desemprego e formulário

europeu de desemprego E-301) e a Protecção Jurídica. Seguem-se os assuntos relacionados com as Prestações Familiares, as Pensões, a Doença e a Maternidade/Paternidade.

A avaliação do Serviço de Atendimento revela níveis de satisfação elevados para a generalidade dos critérios, apresentando valores mais elevados do que em 2004. Distinguem-se 15 critérios mais satisfatórios (avaliação satisfatória acima dos 80%) relacionados com a qualidade do atendimento prestado pelos funcionários, a arrumação/organização/limpeza e condições de conforto das instalações, a localização dos serviços, a sinalética interna e externa, o horário de atendimento e o sistema de gestão de filas de espera. Incluem-se, ainda, a "Avaliação global do serviço prestado no atendimento da Segurança Social" e o "Grau de satisfação com a Segurança Social". Eleva-se, em 2008, a satisfação dos itens relativos à sinalética interna e externa, às condições de conforto das instalações, ao sistema de gestão de filas de espera e ao "Grau de satisfação com a Segurança Social".

Tal como em 2004, os clientes consideram-se mais insatisfeitos com o "Acesso facilitado/possível a pessoas com mobilidade condicionada" (28,2%) e o "Tempo de espera até ser atendido" (20,8%). Contudo, regista-se em 2008 um decréscimo acentuado do grau de insatisfação com estes itens, sublinhando-se que o "Tempo de espera até ser atendido" sofreu uma redução de 21,7%. Os critérios "Clareza das cartas que recebe da Segurança Social" e "Simplicidade dos impressos utilizados" mantêm, em ambos os anos, percentagens semelhantes de insatisfação (entre 19% e 21%). Assinala-se, em 2008, uma descida do nível de satisfação com as "Instalações sanitárias", a par de uma elevada percentagem de "não respostas".

As exigências da sociedade globalizada obrigam a Segurança Social a dar resposta eficaz e célere ao cliente indo ao encontro das suas necessidades. O elevado número de atendimentos presenciais/mês efectuados (1.302.015) na vasta Rede de Atendimento ao público, composta por 344 serviços de atendimento permanentes, dificultam a garantia da qualidade dos serviços prestados. A melhoria do atendimento da Segurança Social passa por um esforço adicional transversal aos serviços de atendimento de cada CDist.

Na perspectiva de melhorar a eficácia do relacionamento do cidadão-cliente com a Segurança Social, em Dezembro de 2008 entrou em funcionamento o serviço VIA Segurança Social, um novo canal alternativo, que permite um atendimento integrado, através de diversos canais de contacto (telefone, e-mail, fax), reduzindo o fluxo de atendimento presencial e garantindo maior satisfação ao cliente. □

Conceição Ferraz
Gabinete de Qualidade e Auditoria
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.conceicao.ferraz@seg-social.pt

Seminário Regional do SVI em Beja

A Peritagem Médica em Oftalmologia

O Seminário do Conselho Médico do Instituto da Segurança Social (ISS) realizou-se no passado dia 13 de Dezembro, no auditório do Centro Distrital de Beja. Com a presença dos peritos médicos do sistema de verificação de incapacidades de Beja, Faro, Évora e Portalegre, o evento contou ainda com os assessores técnicos de coordenação do ISS e membros do Conselho Médico.

Subordinado ao tema da peritagem médica em oftalmologia, apresentado por Célia Cavaco, do Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, o seminário abordou questões como a anatomofisiologia da visão, a avaliação da acuidade visual, implicações da inexistência de visão binocular, patologia oftalmológica com maior incidência que progride para a cegueira e, ainda, a construção de um relatório em oftalmologia.

O Seminário, inserido no programa de formação dos peritos médicos do Sistema de Verificação de Incapacidades do ISS, contou com a presença de Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do ISS, que abriu a sessão de trabalho, e de José Valente Guerra, Director do Centro Distrital de Beja. □

Observatório das Desigualdades

Maria João Quedas
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.joao.quedas@seg-social.pt

Foi recentemente criado o Observatório das Desigualdades que tem como objectivo a recolha, sistematização e difusão alargada e permanente de informação, a produção de conhecimento científico e a elaboração de análises comparativas no âmbito das matérias referentes aos múltiplos tipos de desigualdades sociais.

O Observatório das Desigualdades é uma estrutura independente, encarada como linha de investigação do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE que, em parceria com outras Universidades do País, tem como atribuições:

1. Criar um Sistema Permanente de "Indicadores de Desigualdades", constituído por conjuntos integrados de indicadores tematicamente focados sobre tipos específicos de desigualdades sociais, organizados em séries temporais, regularmente actualizados e internacionalmente comparados, com notas analíticas de explicitação desses indicadores.

2. Elaborar estudos e balanços anuais no âmbito das Desigualdades, sobre temas relevantes, destinados a colmatar défices de conhecimento sobre as desigualdades sociais em Portugal, estudos que incluirão uma dimensão comparativa.

3. Garantir a edição de publicações sobre Desigualdades realizadas no quadro do Observatório das Desigualdades ou por este apoiadas.

4. Promover debates sobre Desigualdades, de carácter científico e institucional, de âmbito nacional e internacional, com a participação de especialistas neste domínio.

5. Estabelecer a colaboração com Redes Internacionais de Observação e Estudo das Desigualdades, para troca de experiências com observatórios congéneres de outros países, integrando-as e participando no âmbito do estudo das desigualdades sociais.

6. Avaliar a eficácia das políticas no domínio das desigualdades.

7. Estabelecer uma colaboração com o Sistema Integrado de Informação e Conhecimento da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, sem prejuízo da independência do Observatório.

A primeira iniciativa do Observatório das Desigualdades, com visibilidade pública, foi a criação de um sítio na Internet "Observatório das Desigualdades" onde se disponibiliza informação actualizada sobre esta temática, nomeadamente dados indicativos e sínteses de estudos, informação sobre publicações, bibliografias especializadas, notícias e fontes estatísticas e científicas. O lançamento deste site ocorreu no passado dia 17 de Dezembro, no Fórum Anual das Pesquisas do CIES, realizado no ISCTE.

Reconhecendo que a criação de um Observatório das Desigualdades, para além de um maior e melhor conhecimento científico sobre as desigualdades sociais, vem contribuir para a fundamentação e avaliação das políticas públicas, no dia 17 de Outubro passado, dia das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, foi assinado um protocolo entre a Presidência do Conselho de Ministros, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Ministério da Educação e o Centro de Investigação e Estudos em Sociologia, que irá apoiar financeiramente os trabalhos a desenvolver por este Observatório.

Consulte em: www.ess.cies.iscte.pt □

Maria Gabriela Dantas
Núcleo de Apoio Técnico
Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.gabriela.dantas@seg-social.pt

Fórum Voluntariado
Promotor de Desenvolvimento

A evolução do voluntariado em Portugal, nomeadamente, a sua promoção e consequente maior visibilidade, fez surgir a necessidade do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) organizar um Fórum que reflectisse sobre os novos desafios de um voluntariado que se pretende competente, organizado, participativo e solidário.

Este Fórum, sob o tema geral "Voluntariado: Promotor de Desenvolvimento", teve lugar no passado mês de Novembro, dias 21 e 22, no Centro Ismaili, em Lisboa, cedido graciosamente pela Fundação Agha Khan e contou com cerca de 150 participantes, entre académicos, técnicos, investigadores, responsáveis de estruturas locais de Voluntariado, dirigentes de instituições públicas e privadas e organizações de voluntários.

Constitui-se como um espaço de reflexão e debate que integrou conferências proferidas por especialistas de diversas áreas (nacionais e estrangeiros), reservando no seu Programa uma parte importante para *workshops*, para permitir debater questões de carácter organizacional e de conteúdo.

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, José António Vieira da Silva, pela Presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Elza Chambel, pelo Representante do Centro Europeu

de Voluntariado, Markus Held e pelo Representante da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, Nazim Ahmad.

A primeira Conferência foi proferida pelo Professor Ernâni Lopes, docente da Universidade Católica Portuguesa, que deu uma particular atenção ao conceito de Voluntariado e ao seu papel no processo de desenvolvimento, designadamente, através da economia social.

Seguiu-se uma Mesa Redonda com o tema Voluntariado Qualificado para o Desenvolvimento, moderada por Isabel Guerra, docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e que contou com as intervenções de Dan-Ferrand-

Bechmann, docente da Universidade Paris 8, Jordi Estivill, professor jubilado da Universidade de Barcelona, e Rogério Roque Amaro, docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Da parte da tarde realizaram-se quatro *workshops* subordinados aos temas: Selecção e Recrutamento de Voluntários, dinamizado por Paula Guimarães, do Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio Geral e relatado pelo jornalista Carlos Pinto Coelho, Gestão de Voluntariado e de Programas, dinamizado por Paula Vicente, do Centro de Estudos e Formação Penitenciária e relatado pelo jornalista Joaquim Franco, Avaliação e Reconhecimento de Voluntários, dinamizado por Victor Feytor Pinto, membro do CNPV e relatado pela jornalista Laurinda Alves e, por último, o Valor Económico do Voluntariado, dinamizado por Duarte Caldeira, membro do CNPV e relatado pela jornalista Filipa Melo.

A terminar os trabalhos do dia 21 realizou-se a segunda Mesa Redonda sob o tema Voluntariado: Factor de Desenvolvimento, moderada pelo Professor Pedro Telhado Pereira, Reitor da Universidade da Madeira e que contou com as intervenções de: Maria dos Anjos Almeida e Sandra Nunes, coordenadora e técnica, respectivamente, do Observatório do Emprego e Formação Profissional, que apresentaram o estudo sobre o Voluntariado em Portugal, elaborado pelo Observatório e pela Professora Maria Isabel Sanchez, docente da Universidade da Extremadura.

O dia 22 de Novembro, Sábado, teve início como uma conferência subordinada ao tema Identidade Ética do Voluntário, proferida pelo Professor Manuel José Carmo Ferreira, Director do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Após esta Conferência seguiu-se um painel de Boas Práticas, moderado pelo Padre Lino Maia, Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e em que foram oradores: Susana Fonseca, Vice-Presidente da Quercus, Isabel Silveira Godinho, Directora do Palácio Nacional da Ajuda e Manuel Brandão Alves, Presidente da Associação Nacional do Direito ao Crédito (Microcrédito). Todas estas organizações integram voluntários como forma de complementar as actividades que os técnicos e os peritos aí desenvolvem.

Após um espaço reservado ao debate Monsenhor Victor Feytor Pinto apresentou as conclusões do Fórum, que integraram algumas linhas de força, objecto de largos consensos.

- o Voluntariado é efectivamente promotor de desenvolvimento;
- num mundo com enormes carências fruto de desigualdades, os voluntários, pelo seu poder de doação e intervenção são cada vez mais indispensáveis, podendo constituir um dos melhores agentes de prevenção da exclusão social;
- as organizações de voluntários ou promotoras de voluntariado devem ter como prioridade a boa gestão dos seus programas de voluntariado, a qualificação dos seus voluntários e o reconhecimento do seu contributo;
- os diferentes organismos estatais e privados, devem contribuir activamente para que, cada vez mais, seja conhecida e tratada de forma científica a importância do voluntariado, nos mais diversos âmbitos da intervenção social;
- as organizações, seja pela sua responsabilidade social, seja pela sua finalidade, deverão ser entidades capacitantes e promotoras de voluntariado, não só pelos fins sociais alcançados, mas igualmente pelo reconhecido carácter potenciador da inteligência emocional dos seus colaboradores, a que acresce um elevado grau de efectividade a baixos custos.

Antes de se proceder ao encerramento a Presidente do CNPV, Elza Chambel, leu uma mensagem da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, e proferiu umas palavras de agradecimento a todos quantos contribuíram para a realização do Fórum, desde patrocinadores a oradores, desde participantes aos técnicos que organizaram o evento.

A sessão de encerramento contou com a presença de Sua Excelência a Dra. Maria Cavaco Silva que dirigiu à assistência umas palavras de agradecimento e que reflectiu sobre a importância do trabalho voluntário, como prática que tem vindo a ganhar um forte dinamismo no combate à pobreza e à exclusão social. O Voluntariado representa uma expressão de dignidade e de entrega ao próximo, pelo que deixou o seu apreço e gratidão, a todos os Voluntários envolvidos nesta causa. □

Rosa Maria Reis
Núcleo de Desenvolvimento Pessoal e Social
Departamento de Recursos Humanos
Instituto da Segurança Social, I.P.
rosa.m.reis@seg-social.pt

Programa Novas Oportunidades

Assinatura de Protocolo Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

O Núcleo de Desenvolvimento Pessoal e Social, integrado no Departamento de Recursos Humanos do Instituto da Segurança Social (ISS), tem, entre outras, competências ao nível da Responsabilidade Social para com os trabalhadores, nomeadamente: a promoção do aumento das qualificações escolares dos colaboradores do ISS; a estratégia da qualificação da população adulta portuguesa, consubstanciada na Iniciativa Novas Oportunidades, constitui a primeira linha de aposta das actuais políticas de qualificação e uma prioridade inequívoca do Governo.

É nesta perspectiva que surge no ISS, elaborado pelo Núcleo de Desenvolvimento Pessoal e Social e aprovado pelo Conselho Directivo do ISS, um Plano a médio prazo, como instrumento estratégico para responder aos novos contextos de aprendizagem, permitindo identificar as competências adquiridas por via da experiência pessoal e profissional e certificá-las, com vista a aumentar a qualificação dos seus trabalhadores através de certificação escolar e profissional, designado por Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)/ Novas Oportunidades.

O referido Plano tem como Objectivos:

- Impactos espectáveis à partida:
  - Que o défice de qualificação escolar e a sub-certificação sejam reduzidos;
  - Que a desigualdade de oportunidades diminua (aumente o nível de equidade e coesão);
  - Que a auto estima seja reforçada;
  - Que os níveis de competência e acumulação de conhecimentos dos trabalhadores aumentem;
  - Que o grau de satisfação no desempenho na função seja reforçado;
  - Que promova a imagem do ISS no exterior.
- Criar condições para que, em 2010, 50% dos trabalhadores do ISS com escolaridade inferior ao 12º ano, vejam Reconhecidas, Validadas e Certificadas as Competências adquiridas ao longo da vida, quer em contextos formais de

aprendizagem e trabalho, quer em contextos informais, e à emissão dos correspondentes certificados de equivalência.

- Estabelecer parcerias com:
  - Agência Nacional para a Qualificação (ANQ, I.P.)
  - Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.)
  - Secretaria-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
  - Centros Novas Oportunidades

Inscreveu-se, assim, no âmbito deste Plano, a assinatura, no dia 24 de Julho deste ano, do Protocolo de Colaboração entre a Agência Nacional para a Qualificação, I.P., o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e o Instituto de Segurança Social, I.P., com o objectivo da dinamização conjunta dos dispositivos de formação e certificação escolar e profissional, reforçando a capacidade de resposta para desenvolver os níveis de qualificação dos colaboradores do ISS.

Dado que o Plano em causa abrange todos os Serviços do ISS, tratando-se, no entanto, de um processo centralizado, foram designados, nas Unidades Orgânicas Desconcentradas, interlocutores locais de RVCC que, conjuntamente com o Núcleo de Desenvolvimento Pessoal e Social do DRH, têm vindo a implementar este Projecto, através dos Centros de Novas Oportunidades, cujas portas têm sido abertas com maior facilidade e empenho após a assinatura do supracitado Protocolo.

Espectamos, assim, que no próximo ano os trabalhadores do ISS estejam mais qualificados, motivados e com um maior grau de satisfação e exigência no desempenho das suas actividades. □

Doenças Profissionais
nos Trabalhadores da Administração Pública

Rita Cortes Castel-Branco
Núcleo de Programação e Avaliação Operacional
Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais
Instituto da Segurança Social, I.P.
rita.s.castel-branco@seg-social.pt

A qualificação e graduação de doenças profissionais nos trabalhadores da Administração Pública[1] é assegurada pelo Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP)[2], unidade orgânica desconcentrada, de âmbito nacional, do Instituto da Segurança Social (ISS), responsável pela gestão do tratamento, reparação e recuperação de doenças ou incapacidades emergentes de riscos profissionais.

Nos últimos três anos tem-se vindo a verificar um aumento do número de pedidos de qualificação e graduação de doenças profissionais nos trabalhadores da Administração Pública que se reflecte no número de doenças profissionais reconhecidas nas mais diversas profissões uma vez que as doenças profissionais atingem agentes de polícia de segurança pública, auxiliares de limpeza, auxiliares de laboratório, calceteiros, cozinheiros, costureiras, electricistas, médicos, enfermeiros entre outros.

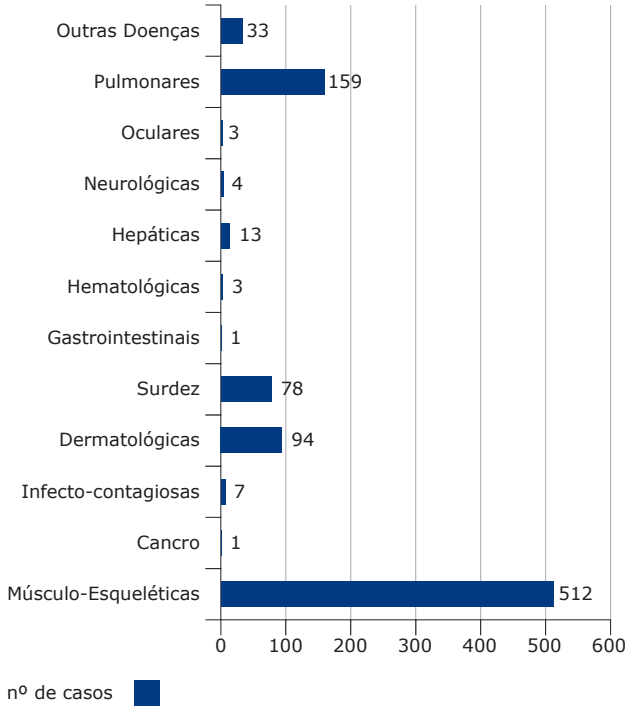
Assim, entre 2005 e o terceiro trimestre de 2008 foram registados 908 casos de doenças profissionais, dos quais 627 dizem respeito a trabalhadores do género feminino e 281 do género masculino. Os grupos etários que apresentam maior incidência de doença profissional são os seguintes: 50-54 anos (219 casos) e 55-59 anos (194 casos).

No que concerne ao tipo de incapacidade, o quadro seguinte ilustra a situação para o período de referência:

Tipos de Incapacidade	N.º casos
DPSI – Doença Profissional sem Incapacidade	404
IPP – Incapacidade Permanente Parcial	482
IPATH – Incapacidade Permanente e Absoluta para o Trabalho Habitual	3
IPATQT – Incapacidade Permanente e Absoluta para Todo e Qualquer Trabalho	4
IPP + IPATH	15
TOTAL	908

Fonte: CNPRP – Base de Dados – Pensões Nov/2008

Do ponto de vista das doenças profissionais (diagnóstico) o panorama entre os trabalhadores da Administração Pública é similar ao dos trabalhadores do Regime Geral, com as doenças músculo esqueléticas a surgir em primeiro lugar, seguidas das doenças pulmonares, dermatológicas e surdez conforme gráfico abaixo.



Fonte: CNPRP – Base de Dados – Pensões Nov/2008

O fenómeno da doença profissional, para lá dos dados existentes e da "reparação social" possível, tem impacto na vida pessoal e familiar dos indivíduos por ela afectados que não são mensuráveis. No entanto, o aumento do n.º de casos de doenças profissionais entre os trabalhadores da Administração Pública parece exigir a reflexão da sociedade no que concerne aos gestos técnicos, métodos e organização do trabalho, sobretudo no domínio da prevenção no sector da administração pública. □

1 D.L. n.º 503/99, de 20 de Novembro
2 Portaria n.º 638/2007 de 30 de Maio

Maria Luisa Rolaça Nogueira
Departamento de Prestações e Atendimento
Unidade Gestão do Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.luisa.nogueira@seg-social.pt

Postos de Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais

No âmbito da Medida Simplex/08, foi inaugurado no passado dia 2 de Dezembro, o Posto de Atendimento para Pessoas com Necessidades Especiais, no Centro Distrital de Faro, com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Vogal do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, António Nogueira de Lemos, do Director Distrital, Jorge Botelho, bem como outras individualidades.

Foi ainda disponibilizado para o Centro Distrital de Faro, pela Fundação Portugal Telecom, *software* e periféricos específicos para deficientes invisuais e neuro-sensoriais, para os quiosques multimédia, os quais vão funcionar em regime de *self-service*.

De referir ainda a colaboração do Instituto de Informática, I.P., nesta matéria.

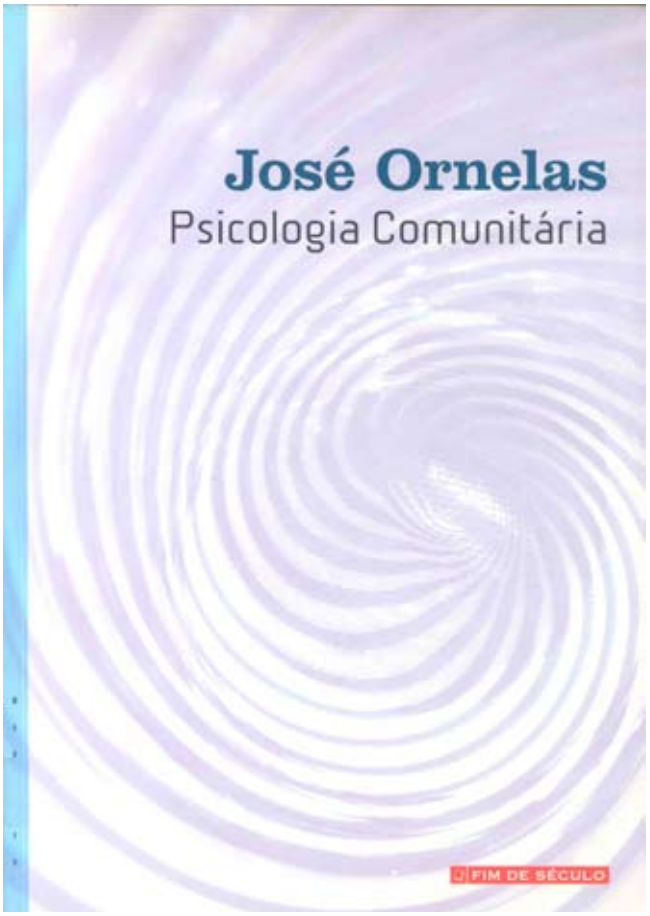
Pretende-se que até ao final do ano, todas as Sedes de Distrito tenham em funcionamento estes postos de atendimento, sendo que no dia 3 de Dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a grande maioria dos Distritos, inaugurou o funcionamento deste atendimento especifico.

Este atendimento especializado tem como objectivo dar respostas às Pessoas com Necessidades Especiais, às suas famílias, instituições, entidades empregadoras e outros que se dirigem aos serviços da Segurança Social, com questões relacionadas com a deficiência.

Para maximizar o atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais, entendemos pertinente, definir um modelo de atendimento integrado, entre o Atendimento Geral e o Atendimento da Acção Social, de forma a perceber objectivamente, quem são os nossos clientes ligados à temática da deficiência.

De forma a que o cidadão com deficiência e a sua família, interajam com a Segurança Social, existe um espaço reservado a assuntos relativos às Pessoas com Necessidades Especiais, em www.seg-social.pt/apoiopessoasespeciais/ . □

Maria Clara Guterres
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.clara.guterres@seg-social.pt



Livro sobre Psicologia Comunitária

O livro "Psicologia Comunitária" da autoria do Professor Doutor José Ornelas foi objecto de uma sessão de divulgação, presidida por Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social (ISS), que teve lugar no Auditório do ISS, sito na Rua Castilho, n.º 5, em Lisboa, no dia 26 de Setembro de 2008.

O livro consubstancia uma aspiração de sempre dos Psicólogos Comunitários de reunir num só "Tratado" todo o acervo teórico, prático e de investigação que a dinâmica do paradigma do desenvolvimento comunitário tem suscitado nas últimas décadas, desde 1960. E ninguém melhor que o autor, primeiro Presidente da Associação Europeia de Psicologia Comunitária, o poderia levar a cabo.

Assim, e após leitura cuidada deste trabalho, o enfoque da Psicologia Comunitária é o de uma intervenção que repousa num clima de optimismo ecológico, na crença que todos os indivíduos funcionam como solucionadores de problemas, cabendo a toda a comunidade a solução em conjunto dos mesmos. Propugna-se, assim, por uma intervenção onde haja uma integração plena dos indivíduos, na construção de nichos ecológicos mais favoráveis.

As grandes problemáticas que necessitam de teorizações consistentes para a sua resolução foram abordadas pelo autor, designadamente o relativo ao Suporte Social, à Intervenção e Mudança Social e à Saúde Mental Comunitária.

Reconhece-se que o Suporte Social é um "domínio privilegiado para a Psicologia Comunitária" por interfaciar o indivíduo com a comunidade, por potenciar-se a formação de redes de suporte. Daqui resulta a necessidade de fixar a conceptualização de cuidados sócio-comunitários, ao processo de intervenção.

No que diz respeito à Intervenção e Mudança Social, entende-se a intervenção social "como um processo intencional de interferência ou influência que tem como objectivo provocar uma mudança", e que "o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e, em última instância, a mudança individual". De modo a favorecer-se, o *empowerment*, a competência e a participação das diversas comunidades em presença do que é lapidarmente fundamentado neste livro.

Denota-se, no autor, a preocupação com a temática da Saúde Mental Comunitária e com o paradigma da desinstitucionalização (e do suporte comunitário) da pessoa com experiência em doença mental.

O Prof. Ornelas está em sintonia com o aprofundamento dos Direitos Civis e com a abertura concedida pelo Presidente Kennedy (1963) ao propor ao congresso medidas para a reintegração do doente mental na comunidade, radica-se no movimento norte-americano e no poderoso movimento de desinstitucionalização italiano, no contexto da *recovery*.

Abordando, ainda, programas de mudança social, focalizadas na área da Saúde Mental. □

Instituto da Segurança Social participa em feiras

Nuno Lourenço
Gabinete de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
nuno.j.lourenco@seg-social.pt

Ao longo dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, o Instituto da Segurança Social (ISS) participou em diversas feiras por todo o país.

Fica aqui o testemunho da nossa participação e proximidade com os cidadãos.

20.ª Edição da FERPOR

O Instituto da Segurança Social (ISS), representado pelo Centro Distrital de Portalegre, esteve presente na 20.ª Edição da FERPOR – Feira das Actividades Económicas do Norte Alentejano, que decorreu entre 2 e 5 de Outubro, no Parque de Exposições do NERPOR (Núcleo Empresarial da Região de Portalegre).

Durante os quatro dias de feira, verificou-se a presença de mais de 15 mil visitantes, entre os quais o Director do Centro Distrital de Portalegre, Arménio Mendes Toscano, que para além de assistirem a inúmeros espectáculos de animação, visitaram os 71 expositores presentes.

Salienta-se o sucesso desta participação na qual uma vez mais o ISS esteve representado, dando a conhecer a sua missão e propósito, credibilizando a sua imagem e reforçando a sua proximidade com o seu público.

A Segurança Social marcou a sua presença assente na nova imagem, mais dinâmica e pro-activa, não se limitando apenas a receber bem, mas indo também ao encontro do cidadão.

É através deste tipo de iniciativas que se estreitam laços, e se cria a necessária empatia para que se continue a construir uma "Segurança Social – agora e sempre".

Feira Bebés e Crianças 2008

Na edição deste ano, a Feira Bebés e Crianças apostou num lugar recheado de magia e alegria para as crianças, o Circo Victor Hugo Cardinalli.

De 14 a 16 de Novembro passaram pela Feira Bebés e Crianças mais de 21.500 visitantes, o que revelou ter sido uma aposta ganha, tendo em conta a crescente adesão a esta feira de ano para ano, no ano passado teve uma afluência de 20.500 pessoas, números divulgados pela organização do evento.

Foram três dias de muito convívio, com muitas animações infantis, e onde os visitantes puderam esclarecer as suas dúvidas com as diversas entidades presentes e aproveitar para ver e comprar artigos para bebés e crianças.

A Segurança Social esteve presente e disponibilizou informações a todos, em particular sobre a maternidade, a paternidade, o abono de família para crianças e jovens e o abono pré-natal, temáticas mais relevantes da feira.

Feira Social e da Saúde de Aveiro

Realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de Dezembro de 2008 a Feira Social e da Saúde de Aveiro, promovida pela Câmara Municipal de Aveiro e a Empresa Municipal AveiroExpo, E.M., em conjunto com os parceiros da Rede Social de Aveiro.

Esta iniciativa contou com uma mostra expositiva dos Serviços e respostas disponíveis que apoiam a intervenção social desenvolvida pelas instituições públicas e particulares do Concelho.

O ISS esteve representado através do Centro Distrital de Aveiro, que participou com uma mostra das principais medidas e instrumentos de política social, bem como programas e projectos de intervenção social.

Em simultâneo, realizaram-se diversos fóruns temáticos, que procuraram promover o conhecimento e a divulgação da actividade desenvolvida pelas entidades que intervêm nas áreas do social e da saúde, junto da população residente e/ou que trabalha no Concelho de Aveiro, partilhar boas práticas e experiências que permitam alargar as perspectivas de actuação, conducentes à consolidação do desenvolvimento social e da saúde do Concelho, e fomentar o debate e a reflexão conjunta sobre problemáticas sociais e da saúde com relevância e interesse para a comunidade em geral e para os grupos profissionais, de forma a perspectivar estratégias de intervenção futura.

Para além dos diversos painéis e fóruns temáticos, decorreram diversas acções de sensibilização: Rastreios Médicos e Colheitas; Acções no Auditório subordinadas ao tema "Aveiro Saúde"; Acções Paralelas; Espaço Animação para crianças e uma Exposição "Pela Saúde, 10 anos em rede".

Feira de Natal de Lisboa – Natalis 2008

A Feira de Natal de Lisboa – Natalis 2008, com organização a cargo da Feira Internacional de Lisboa (FIL), realizou-se de 6 a 14 de Dezembro, e contou com a presença do Instituto da Segurança Social (ISS) e da Câmara Municipal de Lisboa, como parceiros, e de instituições particulares de solidariedade social e empresas que comercializam produtos ligados aos sectores em exposição, com o objectivo específico da compra de presentes de Natal pelo público.

Em destaque estiveram os sectores de artesanato, bijutaria, gastronomia e doçaria, livros, moda e acessórios, presentes e decorações de natal.

O ISS, na qualidade de parceiro da Natalis, esteve presente na feira, para dar informações e prestar esclarecimentos, marcando a sua proximidade com o público em geral.

Segundo informação da organização da Natalis, visitaram a feira, ao longo dos 9 dias, cerca de 25.000 pessoas.

Segundo informação da organização da Natalis, visitaram a feira ao longo dos 9 dias cerca de 25.000 pessoas. □

Maria de Fátima Andrade
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.fatima.andrade@seg-social.pt

Iniciativas no âmbito do Protocolo de Cooperação Luso-Espanhol

Inserido no Protocolo de Cooperação Luso-Espanhol, realizou-se no dia 4 de Novembro de 2008, em Lisboa, o Fórum de Debate Técnico sobre Acolhimento Familiar, dinamizado por Pere Amorós da Universidade Barcelona. Participaram técnicos e dirigentes do Instituto da Segurança Social (ISS), do Instituto de Acção Social dos Açores, do Centro de Segurança Social da Madeira, da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, da Casa Pia de Lisboa, e da Associação Mundos de Vida. Esta reflexão foi enriquecedora para a qualificação do Acolhimento Familiar em Portugal, numa fase em que o ISS se encontra determinado em garantir uma intervenção de elevada qualidade às crianças e jovens em perigo.

No âmbito do mesmo Protocolo, nos passados dias 11 e 12 de Novembro de 2008, realizaram-se na Universidade do Minho, em Braga, um Encontro Temático e um Seminário, subordinados ao tema "Novas Abordagens das Políticas e Medidas no Âmbito da Parentalidade Positiva", que contaram, ao longo dos dois dias de trabalho, com a participação de cerca de 400 participantes, entre os quais, representantes políticos e institucionais, técnicos e especialistas académicos dos dois países.

As comunicações apresentadas no decorrer destes dois eventos serão brevemente disponibilizadas no site da Segurança Social – www.seg-social.pt. □

Ecos

Encontros Distritais
Tráfico de Seres Humanos

Realizaram-se cinco Ciclos de Encontros, durante o mês de Setembro de 2008, nos Distritos com uma maior preponderância de situações de tráfico, como Lisboa, Braga, Bragança, Guarda e Aveiro.

O objectivo foi dar a conhecer o trabalho desenvolvido no projecto CAIM – projecto piloto no âmbito do tráfico de seres humanos em Portugal, nomeadamente no que se refere à consolidação da Rede Nacional de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico. A reflexão sobre esta temática, a divulgação das iniciativas e do trabalho que se encontra a desenvolver nesta área, foi o grande enfoque destes Encontros, de modo a permitir uma maior envolvência de todas as Instituições que intervêm contra o tráfico de seres humanos e daquelas que não estando directamente envolvidas, podem ser determinantes na sinalização de situações passíveis de apoio.

No ano de 2009 comemora-se o 60º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, e a relevância destes Encontros e a sensibilização e divulgação deste tema tomou, por isso, uma maior preponderância.

O Instituto da Segurança Social (ISS), por ser a entidade pública responsável pela implementação das medidas de política social, pela abrangência de problemáticas sociais que acompanha, pelo âmbito da sua acção territorial, a nível nacional, e, pela sua ligação com as entidades vocacionadas para a intervenção social, esteve envolvido desde o primeiro momento neste projecto e foi o impulsionador destes encontros.

Joana Vallera
Cristina Estorninho
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
joana.m.vallera@seg-social.pt
cristina.i.estorninho@seg-social.pt

Apoio Técnico às equipas dos Protocolos de RSI

O apoio técnico/supervisão às equipas dos protocolos Rendimento Social de Inserção (RSI) constitui uma experiência piloto desenvolvida durante este ano e que envolve cinco equipas técnicas de protocolos celebrados no Distrito de Lisboa. O Centro Distrital de Lisboa e a Unidade de Qualificação das Famílias e do Território, dos Serviços Centrais do Instituto da Segurança Social (ISS), são responsáveis pela dinamização das sessões.

Este projecto que tem como objectivo garantir espaços de reflexão e discussão, orientadores, no plano técnico, de formas de ultrapassar bloqueios à intervenção junto das famílias beneficiárias do RSI, bem como a análise da coerência do processo e a correcta articulação com os diferentes parceiros no território. Após a avaliação deste projecto-piloto, prevê-se a generalização deste apoio técnico às equipas técnicas dos protocolos a nível nacional.

Sónia Esperto
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
sonia.c.esperto@seg-social.pt

Direito à Informação/Direito à Privacidade

A Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), em articulação com investigadores e profissionais da área da comunicação social, prossegue a sua reflexão nesta área, visando progressos no pensamento e na

acção no domínio da concordância entre o direito à informação e o direito da criança à identidade pessoal, ao desenvolvimento integral, à imagem e à reserva da intimidade da sua vida privada e familiar.

Neste âmbito, desenvolve-se um projecto que inclui acções de sensibilização/informação e formação, envolvendo os diversos intervenientes das áreas da investigação, da comunicação social e dos diferentes níveis do Sistema de Promoção e Protecção, dando particular realce à participação das crianças e dos jovens.

Orienta todo este projecto a centralidade do superior interesse da criança no quadro de uma cultura democrática que solenize e efective a sua inclusão positiva e eficaz.

Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco
www.cnpcjr.pt

Centro de Informação e Intercâmbio para a Extensão da Protecção Social nos Países de Língua Portuguesa

Na plataforma Centro de Informação e Intercâmbio para a Extensão da Protecção Social nos Países de Língua Portuguesa poderá encontrar informação e documentação actualizada sobre a realidade da protecção social, nos países de língua portuguesa e no mundo.

Este Centro dirige-se a decisores políticos, entidades públicas/governamentais, responsáveis de projectos, académicos, investigadores universitários, entidades empresarias, estudantes e público em geral com interesse em adquirir e partilhar informação nesta temática.

Visite-nos em: http://www.extensao-protecsocial.com

Mónica Baptista
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
monica.c.cabrito@seg-social.pt

Margarida Lourenço
Projecto STEP Portugal/Escritório da OIT em Lisboa
lourenco@ilo.org

Protocolo de Cooperação

No mês de Novembro foi assinado um protocolo entre a "Generalitat" da Comunidade Valenciana, do Reino de Espanha, a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e o Instituto de Segurança Social (ISS).

Pretende-se estabelecer um sistema de colaboração, entre os dois países, para se testarem novas metodologias de trabalho intersectorial na àrea da Protecção de Crianças em Risco e em Perigo comparando e melhorando as suas práticas profissionais. Até 2011 sobressaiem, entre outras acções, a adaptação de manuais, instrumentos de avaliação e guias de procedimentos.

Teresa Montano
Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco
teresa.f.montano@seg-social.pt

Correio do leitor

Este espaço é dedicado ao Correio do Leitor. Diariamente chegam-nos pedidos de novas assinaturas da Revista Pretextos, pedidos esses acompanhados de palavras que nos incentivam a continuar o "projecto" PRETEXTOS que vai já no 32º número, com uma edição regular desde o ano 2000.

A Revista Pretextos constitui para mim, enquanto futura Assistente Social, um pilar de informação bastante importante e diversificada.

Dou aulas de acção social e tinha todo o interesse em usar a revista como ferramenta de trabalho. Os meus parabéns à redacção.

Acabo de conhecer a vossa revista e como estudante do 2º ano de Serviço Social, achei muito importantes os conhecimentos e informações nela transmitidos.

Há pouco tempo tomei conhecimento da Revista Pretextos e onde li que se podia receber a já referida revista em casa e gratuitamente, o que me agradou profundamente, pois considero-a de muita utilidade para a minha profissão.

Tive conhecimento, há pouco tempo, da revista Pretextos que reputo, desde já, com muito interesse e graficamente muito apelativa.

Parabéns pela Revista é do meu maior interesse.

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43
1250-194 Lisboa
Fax:. 21 310 20 95
E-mail:.m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites

Direito de Asilo e Refugiados

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ACNUR – La Agencia de la ONU para los Refugiados (Sede: EUA)
http://www.acnur.org/

Forced Migration Online (Sede: Reino Unido)
http://www.forcedmigration.org/

Refugees International (Sede: EUA)
http://www.refugeesinternational.org/

Forum Réfugiés (França)
http://www.forumrefugies.org/

U.S. Committee for Refugees and Immigrants (EUA)
http://www.refugees.org/

Refugee Council of Australia
http://www.refugeecouncil.org.au/

CPR – Conselho Português para os Refugiados (Portugal)
http://www.cpr.pt/

European Council on Refugees and Exiles (Bélgica)
http://www.ecre.org/

Refugee Council Online (Reino Unido)
http://www.refugeecouncil.org.uk/

OFPRA - Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides (França)
http://www.ofpra.gouv.fr/

Bibliografia Temática

Pobreza e Exclusão Social

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

AYALA CAÑON, Luís ; LÓPEZ, Rosa Martínez ; GARCIA, Mercedes Sastre - «Pobreza y condiciones de vida de la infancia en Espana». *Documentación social*. - ISSN 0417-8106. - N.º 144 (Jan./Mar. 2007), p. 163-196.

BATISTA, Isabel [et al.] - *Um olhar sobre a pobreza : vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa : Gradiva, 2008. 203, [3] p ; 23 cm. (Trajectos portugueses ; 71). ISBN 978-989-616-253-5.

BATISTA, Isabel - *Pobreza infantil em Portugal : do conhecimento ao desafio político*. Rediteia. - Porto. - N.º 40 (Jul./Dez. 2007), p. 56-58.

CALEIRAS, Jorge, co-aut ; HESPANHA, Pedro, ed. lit - *É o (des)emprego fonte de pobreza? : o impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do Distrito de Coimbra*. Coimbra : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2007. 309 p ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 11). ISBN 978-989-95487-4-9.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes - *Desafios da pobreza*. Oeiras : Celta, 2005. XVIII, 365 p ; 24 cm. ISBN 972-774-215-7.

CHAMBEL, Elza - *Pobreza : estratégias de combate*. Cidade solidária. - ISSN 0874-2952. - Ano 11, n.º 20 (Jul. 2008), p. 6-9.

COSTA, Maria Cristina - *A dinâmica das Organizações não Governamentais de Solidariedade Social do Concelho de Braga*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2005. 89 p ; 27 cm. (Redacção ; 4).

Desenvolvimento da participação e organização comunitária : uma estratégia de intervenção. Cidade solidária. - ISSN 0874-2952. - Ano 11, n.º 20 (Jul. 2008), p. 42-47.

DIOGO, Fernando Jorge Afonso - *Pobreza, trabalho, identidade*. Lisboa : Celta, 2007. VIII, 226 p. ; 24 cm. Bibliografia : p. 217-226. ISBN 978-972-774-247-9

DIOGO, Fernando Jorge Afonso - *Para uma crítica dos conceitos de pobreza e exclusão social em contexto português*. Forum sociológico. - ISSN 0872-8380. - 2.ª série, n.º 15/16 (2006), p. 261-276.

ENCONTRO EUROPEU DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA, 4, Bruxelas, 2005 ; VEREECKEN, Lépold, co-aut - *Images et perceptions de la pauvreté*. Luxembourg : Présidence luxembourgeoise de l'Union Européenne, 2005. 69, [3] p : il ; 30 cm.

ESTIVILL, Jordi ; RODRIGUES, M. Fernanda, 1945, co-aut - *10 anos da REAPN em Portugal*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, 2004. 319 p. : il. ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 8).

EUROPEAN MEETING OF PEOPLE EXPERIENCING POVERTY, 5, Brussels, 2006 - *How do we cope with every day life*. Brussels : EAPN, 2006. 52 p. ; 30 cm. ISBN 2-930252-42-1.

LOURENÇO, Maria dos Prazeres - *Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal : uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza*. Sociedade e trabalho. - ISSN 0873-8858. - N.º 31 (Jan./Abr. 2007), p. 41-63

MAINSTREAMING DA INCLUSÃO SOCIAL - *Better policies, better outcomes : promoting mainstreaming social inclusion*. [Dublin : Combat Poverty Agency, 2006]. 284 p : il ; 21 cm.

MOVIMENTO INTERNACIONAL ATD QUARTO MUNDO - *Valuing children, valuing parents [Texto policopiado] : focus on family in the fight against child poverty in Europe : a European discussion paper*. Pierrelaye : ATD FW, 2004. 176 p ; 30 cm.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Programa STEP - A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal : experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*. Genebra : Bureau International du Trabalho, 2003. XIV, 227 p ; 24 cm. ISBN 92-2-813584-0.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Programa STEP - Health micro-insurance schemes : feasibility study*

Bibliografia Temática

guide. Geneva : International Labour Office, cop. 2005. 2 vol : il ; 30 cm. Vol. 1 : Procedure. - XI, [1], 97 p. Vol. 2 : Tools. - XIII, [1], 188 p. ISBN 92-2-116571-X (vol. 1). ISBN 92-2-116572-8 (vol. 2).

PAIVA, Júlio - *Pobreza, exclusão, desemprego e empresas de inserção em Portugal : a perspectiva dos promotores e dos beneficiários* .- Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2006. - 155 p. ; 24 cm. - (Cadernos REAPN ; 10), Bibliografia : p. 141-142. ISBN 972-99369-2-7. - ISBN 978-972-99369-2-0.

PORTUGAL. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, co-aut ; AIRES, Sérgio, ed. lit - *In extremis : fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2005. 193 p ; 24 cm. (Cadernos REAPN ; 9). Bibliografia : p. 185-193. ISBN 978-989-9548-732.

PORTUGAL. Instituto da Segurança Social. Departamento de Protecção Social de Cidadania. Área de Cooperação e Rede Social [et al.] - *Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental*. Lisboa : Instituto da Segurança Social, 2005. 171, [3] p : il ; 30 cm. ISBN 972-99152-4-5.

REIS, Ana Campos - *Sida, pobreza e desenvolvimento humano*. Cidade solidária. - ISSN 0874-2952. - Ano 11, n.º 20 (Jul. 2008), p. 52-55.

SEMINÁRIO PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA UNIÃO EUROPEIA, Bruxelas, 2004 - *Seminar on Preventing and Reducing Child Poverty in the European Union* [Texto policopiado]. Bruxelas : EU, 2004. [12], IV, 173 f. ; 30 cm.

TINESSA, Giulio - *Marginados, minorías e inmigrantes : criminalización de la pobreza y encarcelamento masivo en las sociedades capitalistas avanzadas*. Documentación social. - ISSN 0417-8106. - N.º 148 (Jan./Mar. 2008), p. 163-187.

UNESCO. Programa "Educação para as Crianças em Risco" - *Chemins d'espoir : Programme de l'UNESCO pour l'éducation des enfants en détresse* : 1992-2005. - Paris : Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture, cop. 2006. - 64 p. : il. ; 21 cm.

UNICEF. Centro de Estudos Innocenti - *Pobreza infantil nos países ricos 2005 : a percentagem de crianças que vivem em situação de pobreza aumentou na maioria das economias desenvolvidas do mundo*. Florença : UNICEF, cop. 2005. 36 p ; 30 cm. (Innocenti report cards, ISSN 1605-7317 ; 6). ISBN 88-89129-35-2.

UNICEF. Centro de Estudos Innocenti - *Pobreza infantil em perspectiva : visão de conjunto do bem-estar da criança nos países ricos : avaliação abrangente da vida e do bem-estar das crianças e adolescentes nos países economicamente desenvolvidos*. Florença : UNICEF, cop. 2007. 48 p ; 30 cm. + corrigenda ([4] p.). (Innocenti report cards, ISSN 1605-7317 ; 7), ISBN 978-88-89129-58-6.

UNICEF - *The state of the world's children 2005* [Texto policopiado] : *childhood under threat* : [official summary]. New York : UNICEF, 2004. 17, [3] f : il ; 30 cm.

Vozes do centro : boletim informativo . - N.º 1 (Mai./Ago. 2006)-. – Porto REAPN/Portugal, 2006-. -30 cm.

ZALAKAIN, Joseba - «Trabajo, trabajadores pobres e inserción social» *Documentación social*. - ISSN 0417-8106. - N.º 143 (Out./Dez. 2006), p. 46-76

VIA Segurança Social é o novo serviço de atendimento que diminui a distância entre o cidadão e a Segurança Social, simplifica a informação dada sobre os serviços e esclarece as suas dúvidas com resposta directa, via telefone, via e-mail e via fax.

VIA SEGURANÇA SOCIAL
808 266 266, dias úteis das 8h00 às 20h00
Estrangeiro: +351 272 345 313
E-mail em www.seg-social.pt
Fax: (+351) 272 240 900

A distância mais curta
para a Segurança Social.

Segurança Social
agora e sempre

SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.